

Controvérsias sobre o mercantilismo*

1. – Os especialistas põem em relevo os pontos de vista contraditórios que transparecem com frequência nos escritos dos autores que hoje associamos ao ‘pensamento mercantilista’. E chamam também a atenção para o facto de muitas das teses dos escritores mercantilistas terem sido contestadas por outros autores seus contemporâneos, embora alguns dos críticos aceitassem os pontos essenciais do ‘mercantilismo’.

Em 1516 Thomas Morus publicou a *Utopia* e em 1623 Tomaso Campanella publicou a *Civitas Soli*. São obras contemporâneas dos mercantilistas nas quais se apresentam modelos de sociedades ideais baseadas na igualdade perante o dever de trabalhar e um padrão de vida modesto, na rejeição da riqueza como objectivo da actividade humana, na hostilidade perante a propriedade individual e a liberdade individual.

São por vezes consideradas obras de crítica à sociedade capitalista nascente, nas quais se prefiguraria o pensamento socialista que viria a ser elaborado no séc. XIX e a sociedade comunista para que este aponta. Daí a oposição entre estes autores e

* Texto escrito para um livro de homenagem ao Doutor M. Henrique Mesquita e publicado em *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, Colecção STUDIA IURIDICA, nº 96, *Ad Honorem – 4*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, Volume II, 311-335.

os mercantilistas, defensores dos valores próprios do ‘capitalismo comercial’ de então.

Pensamos, porém, que não é por este caminho que deve tentar-se a leitura crítica dos mercantilistas, à luz da realidade do seu tempo. Como salienta Jean Marchal, a condenação do capitalismo que resulta das obras referidas é muito mais uma reminiscência do espírito medieval, uma espécie de “nostalgia do claustro” do que a antecipação do ideário socialista do séc. XIX.¹

A nosso ver, foram os fisiocratas, primeiro, e Adam Smith e os liberais do séc. IX, depois, os críticos mais destacados dos escritores e políticos mercantilistas.

2. – A orientação dos mercantilistas no sentido de fomentar o desenvolvimento das actividades económicas levou-os, por um lado, a regulamentar o exercício do comércio e da indústria, no sentido de lhes imprimir uma dinâmica que não era possível no quadro institucional herdado da Idade Média, e, por outro lado, a adoptar medidas cujo objectivo era o de garantir que ficasse dentro do país a maior parte dos ganhos resultantes da produção e da exportação.

De Colbert se disse que ele tinha a “mania da regulamentação”. Cremos, porém, que não será inteiramente correcto consi-

¹ Cfr. J. MARCHAL, *Cours...*, *cit.*, 80.

derar os mercantilistas em geral (incluindo Colbert) como *maníacos da regulamentação*. Na verdade, embora vendo o soberano como “o condutor supremo da máquina económica” (na expressão do mercantilista inglês James Stewart), a generalidade dos escritores mercantilistas não se cansa de sublinhar as vantagens da iniciativa privada, da liberdade de comércio e da concorrência entre produtores e comerciantes.

É importante salientar, aliás, que muita da actividade regulamentadora inspirada no pensamento mercantilista procurava justamente proporcionar às manufacturas privadas as condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento, no período da “acumulação primitiva do capital”. Bom exemplo disto mesmo é a regulamentação do trabalho nas manufacturas. Tratava-se de garantir mão-de-obra abundante e de formar e disciplinar os trabalhadores recém-expulsos dos campos, de acordo com as exigências do trabalho nas indústrias novas.

Durante todo este período a força e a violência desempenharam um papel decisivo nas relações entre os estados, mas também nas relações entre as classes sociais, mediadas quase sempre pela actuação do estado. Este é um aspecto bem visível no domínio a que agora nos referimos.

De acordo com a filosofia social então corrente (com forte penetração dos valores religiosos saídos da Reforma), não se encontra na literatura mercantilista qualquer preocupação pela

sorte da maioria constituída pelos pobres, mendigos e vagabundos gerados pelas vicissitudes económicas, sociais e políticas da época.

Leis inglesas do tempo de Henrique VIII e de Isabel I prevêem a pena de morte para os mendigos reincidentes. Várias leis visam organizar a assistência aos pobres: os fundos resultantes da cobrança de impostos locais especiais são utilizados para financiar a compra de cânhamo, linho e lã que permitam pôr os pobres a trabalhar. Em alguns casos, as administrações paroquiais ‘alugam’ directamente esses pobres sem trabalho aos donos das manufacturas; noutros casos, os mendigos são internados nas *Workhouses* e obrigados a trabalhar nas manufacturas.

Na França a mendicidade foi considerada crime contra o estado. Em finais do séc. XVII é promulgada legislação que obriga a trabalhos forçados os vagabundos e os mendigos reincidentes; quanto às mulheres, prevê-se o ferrete, o degredo e o chicote. Nas manufacturas da seda de Lyon, o regulamento do trabalho (1667) obrigava a orações comunitárias de manhã e à tarde, trabalho das 4 às 20 horas ou das 6 às 22, com duas horas e meia de folga para as refeições, e a proibição de blasfemar, de fumar e de frequentar as tabernas. O regulamento das manufacturas de lanifícios de Amiens (1666) estipula que “nenhum mestre poderá tomar um operário que venha de outro mestre para traba-

lhar em sua casa sem saber se o primeiro mestre está contente com o operário”.

3. – Antoine de Montchrestien é um exemplo típico de um mercantilista que atribui ao soberano a direcção geral da economia, defendendo que é a ele que cabe “ramener à l’ordre tout ce qui s’en est détraqué”, “tenir l’oeil ouvert et l’oreille alerte, pour voir et entendre tout ce qui peut apporter du bien et du soulagement au peuple”. Mas o mesmo Montchrestien salienta que a acção do soberano deve ter em conta a iniciativa privada e o interesse pessoal, “ce grand aiguillon à bien faire”, e põe em relevo as vantagens da concorrência, “sans laquelle l’action demeure toujours lâche et molle”. O próprio Colbert sustenta que, “para desenvolver o comércio, há duas coisas necessárias, a segurança e a liberdade”: “laissez agir l’envie naturelle qu’ont les hommes de gagner quelque chose et de se mettre à leurs aises”, escreveu ele.

As exigências de intervenção regulamentadora do estado e de maior liberdade para as actividades económicas não são contraditórias, na óptica dos mercantilistas. O estado era chamado a intervir, em aliança com os comerciantes, contra os poderosos *corpos intermédios* herdados da Idade Média. A tarefa do poder central era a de romper barreiras arcaicas, de pôr fim à *intervenção* das províncias, das comunas, das corporações. A missão do estado, para os mercantilistas, era, ao fim e ao cabo, a de promo-

ver a unificação económica e política do espaço nacional, à custa da redução ou anulação dos poderes económicos e políticos dos *corpos intermédios*. Este objectivo era considerado condição indispensável para o desenvolvimento da liberdade económica dos indivíduos, liberdade que, para os mercantilistas, não se definia negativamente (como o fariam os liberais dos sécs. XVIII e XIX), pela simples ausência de intervenção do estado, sendo antes considerada, como salienta Gonnard, “um poder de acção que se desenvolve com e pelo concurso do estado.”

Encarada nesta perspectiva e à luz do seu tempo, a política mercantilista foi, sem dúvida, um factor de progresso: a acção do estado contribuiu para a generalização de técnicas industriais mais aperfeiçoadas e eficientes e foi a base da criação de verdadeiras economias nacionais. O que não significa que a manutenção rotineira dos regulamentos e até o excesso de intervencionismo não se tenham constituído, com o decurso do tempo, em obstáculos ao desenvolvimento económico.

4. - Mas a defesa da liberdade de comércio só mais tarde se radicaria nos autores, ganhando progressivamente a indispensável cobertura teórica.

No final do reinado de Luís XIV, os mais lúcidos de entre os comerciantes franceses protestavam contra os monopólios concedidos a determinadas Companhias e proclamavam que “a

liberdade é a alma do comércio, excita o génio e a aplicação dos mercadores e permite a abundância.”

Mas foi Pierre Boisguillebert (1646-1714) o autor que marcou a transição – neste como em outros aspectos – entre os pontos de vista dos mercantilistas e o pensamento liberal que começou a ser veiculado, no domínio da Economia, pelos fisiocratas.

Ao contrário dos mercantilistas, Boisguillebert considera o *mercado interno* mais importante que os mercados externos como fonte do desenvolvimento das riquezas. E sustenta que a má situação económica da França se deve, precisamente, à quebra do consumo. Considerando, por outro lado, que a produção agrícola é mais importante que a produção industrial, defende que devem libertar-se os mercados dos cereais (permitindo mesmo a sua exportação) para que aumente o consumo e a produção agrícola e a prosperidade da agricultura se estenda, naturalmente, a toda a nação. Na mesma linha, Boisguillebert defende a supressão dos impostos indirectos, que se traduzem em aumento dos preços e provocam, por isso, redução da procura por parte da maioria dos consumidores.

Dos trabalhos deste autor ressalta por vezes a ideia de que a criação de riqueza pressupõe o (e baseia-se no) mecanismo da livre formação dos preços. Das relações de troca aproveitariam as duas partes, harmonizando-se os objectivos egoístas de cada

indivíduo para a melhor prossecução do interesse geral. Esta seria uma *lei natural* aplicável a toda a actividade económica de produção e de troca. Bastaria, pois, “laisser agir la nature”. “Não se trata de agir; é necessário deixar de agir com a violência que usamos para com a natureza. (...) Assim que for posta em liberdade – escreve Boisguillebert –, a mesma natureza (...) restabelecerá o comércio e a proporção de preços entre todas as mercadorias.” Por antecipação, eis o anúncio da tese da *mão invisível*, de Adam Smith.

Boisguillebert defende também a ideia de que existe uma interdependência e solidariedade natural entre todas as profissões e actividades económicas: os rendimentos distribuídos como resultado da actividade de um sector alimentarão os mercados dos outros sectores de actividade económica. Desde que se deixe *agir a natureza*, a circulação dos rendimentos traduzir-se-á na criação incessante e recíproca de mercados para toda a economia do país. Esta a base da prosperidade. Eis, antecipando Say, a *lei dos mercados dos produtos* ou *lei de Say*.

Na Inglaterra é talvez em Hobbes (1588-1667) que pela primeira vez aparece defendida a liberdade de comércio como uma *lei da natureza*. Mas foram William Petty (1623-1687) e John Locke (1632-1704) os primeiros autores a procurar demonstrar que a vida económica é governada por *leis naturais* que

os legisladores não podem alterar, constituindo a liberdade das trocas a condição necessária e suficiente da ordem económica. Dudley North (1641-1691) escreveu muito claramente que “não compete à lei fixar os preços do comércio, porque o seu montante tem de fixar-se e fixa-se por si mesmo”. O mesmo D. North advoga que, “do ponto de vista do comércio, o mundo inteiro não é mais do que uma nação ou um só povo, no interior do qual as nações são como as pessoas (...); nenhum povo se tornou rico pelas intervenções do estado, mas é a paz, a indústria e a liberdade, e nada mais do que elas, que trazem o comércio e a riqueza”. E Charles Davenant (1656-1714) é muito claro quando afirma que “o comércio é, por natureza, matéria de liberdade, encontra os seus caminhos e dirige no melhor sentido os seus empreendimentos” e que “todas as leis que tentam limitá-lo, regulamentá-lo ou orientá-lo podem ser úteis aos interesses particulares, mas raramente são vantajosas para o público”.

5. – Do entendimento do mercantilismo como “a teoria do enriquecimento das nações pela acumulação de metais preciosos” (R. Gonnard), tem-se partido, por vezes, para identificar esta corrente de pensamento com a valorização fetichista do ouro e da prata e com a ideia de que a verdadeira riqueza de um país consiste na quantidade de ouro e de prata que ele detém.

Adam Smith é um dos autores que insinua que os mercantilistas confundem a riqueza com o dinheiro, afirmando mesmo

que “o essencial da sua argumentação [dos mercantilistas] pressupõe frequentemente que toda a riqueza consiste em ouro e prata.”²

O próprio Marx acolhe uma interpretação idêntica acerca deste ponto do ‘pensamento mercantilista’. E parece mesmo justificá-la, embora classifique de “realismo grosseiro” algumas teses daqueles autores, as quais exprimiriam, porém, na leitura de Marx, os interesses dos comerciantes e dos fabricantes de então, em correspondência com o nível de desenvolvimento do capitalismo na época: “o que importa, no âmbito da transformação das sociedades rurais da feudalidade em sociedades industriais, e no quadro dos conflitos entre as nações do mercado mundial – sublinha Marx -, é um crescimento acelerado do capital, que não poderia obter-se pela via da actividade produtiva, mas apenas pelo emprego da força.”³

Na interpretação de Marx, os primeiros mercantilistas consideravam o comércio mundial e os ramos particulares do trabalho nacional que nele desembocavam directamente como “as únicas fontes autênticas da riqueza ou do dinheiro”. Era uma época em que a maior parte da produção nacional evoluía ainda

² Cfr. Adam SMITH, *Riqueza das Nações*, cit., II, 719ss.

³ Cfr. Karl MARX, *Critique...*, cit., 419/420 e *Le Capital*, cit., 1104/1105 e 1393/1394

segundo formas feudais, nas quais os produtores encontravam as fontes da sua própria subsistência imediata: “Os produtos não se transformavam em mercadorias, nem, por isso mesmo, em moeda; não entravam no metabolismo geral da sociedade; não apareciam, portanto, como a materialização do trabalho geral abstrato; e, de facto – alega Marx –, não constituíam riqueza no sentido burguês da palavra.”

No limiar da produção burguesa, quando “a esfera económica propriamente burguesa era a da circulação das mercadorias”, todo o complexo sistema da produção em moldes capitalistas era apreciado na óptica da circulação, o que pode explicar que os autores da época confundissem o dinheiro com o capital⁴ e considerassem o ouro e a prata (i.é, a moeda) como a única riqueza, riqueza gerada na *esfera da circulação*.

Enquanto fim da circulação, o dinheiro é o fim determinante, o princípio e o móbil da produção. Nestas condições, Marx considera “perfeitamente natural” que os autores “se agarrassem à forma tangível e brilhante do valor de troca, à sua forma de

4 P. DEYON, *O Mercantilismo, cit.*, parece ir no mesmo sentido quando faz a seguinte pergunta: “Numa economia em que a maior parte das unidades de produção utilizavam muito capital circulante e muito pouco capital fixo, seria assim tão pouco razoável considerar o dinheiro simultaneamente como capital e como moeda?”

mercadoria geral, por oposição a todas as mercadorias particulares.”

É ainda Marx quem escreve: “As primeiras análises teóricas do modo de produção moderno – devidas à escola mercantilista – partiram forçosamente dos fenómenos superficiais do processo de circulação tal como eles se apresentam no movimento do capital mercantil, primeira manifestação autónoma do capital, cuja influência foi preponderante na época do primeiro abalo da produção feudal onde se situa a origem da produção moderna. É a razão pela qual o mercantilismo apenas pode apreender a aparência das coisas. A verdadeira ciência da economia moderna – continua Marx – só aparece no momento em que a análise teórica passa do processo de circulação ao processo de produção.”

No clássico livro de Hecksher sobre o mercantilismo podemos encontrar uma série considerável de citações de autores mercantilistas (frequentemente de segundo plano) onde se afirma que “a riqueza é dinheiro”. Mas tais afirmações (muitas vezes “meras *façons de parler*”, como realça Schumpeter) não invalidam a conclusão da generalidade dos especialistas no sentido de que nas obras dos mercantilistas mais destacados nada se lê que possa fundamentar a tese de que eles pensavam que a riqueza é

moeda ou de que eles confundiam o dinheiro com aquilo que se pode comprar com ele.⁵

Montchrestien, por exemplo, procura mostrar que é necessário encontrar “os meios de atrair os metais preciosos ao país”. O país precisa de dinheiro porque “pode dizer-se que actualmente não se vive tanto pelo comércio dos elementos mas antes pelo ouro e pela prata”. Estes são “dois grandes e fiéis amigos” que “dão resposta às necessidades de todos os homens”. Assim sendo, defende Montchrestien, “n’en ayant point de notre cru, il faut en avoir des étrangers.”

Mas este mesmo autor afirma, com toda a clareza, que “não é de modo algum a abundância de ouro e de prata, a quantidade de pérolas e diamantes, que faz os estados ricos e opulentos”. O que constitui a riqueza de um estado é “l’accommodement des choses nécessaires à la vie et propres au vêtement”. “Na realidade – comentava Montchrestien – nós temos maior abundância de ouro e de prata que os nossos pais, mas não vivemos melhor, nem somos mais ricos”. “O homem nasceu para viver em contínuo exercício de preocupação. (...) A felicidade dos homens consiste principalmente na riqueza, e a riqueza no trabalho.”

⁵ Cfr. J. SCHUMPETER, *Historia...*, *cit.*, 413-415. Nem sequer os bulionistas espanhóis, como Ortiz e Olivarez, podem ser acusados de confundir riqueza e moeda (cfr. É. JAMES, *História...*, *cit.*, 64).

A separação nítida da noção de riqueza relativamente ao ouro e à prata (à moeda) surge nos escritores de transição, como Boisguillebert ou William Petty. O primeiro admitia mesmo que a sociedade poderia até, “se os homens se entendessem, dispensar o ouro” e utilizar apenas o papel-moeda. No entanto, poderíamos citar vários importantes autores mercantilistas que expressamente evidenciam não confundir a riqueza com o dinheiro. Para Thomas Mun, v.g., “a riqueza consiste na posse das coisas necessárias para uma vida civilizada”. E Davenant: “a riqueza de um país reside no produto da terra, no trabalho ou na indústria”. Schumpeter vai mesmo ao ponto de afirmar que a riqueza era então definida mais ou menos como a definimos nós hoje. Há um *locus classicus* – escreveu Schumpeter – num estudo de Thomas Papillon: “É verdade que geralmente a medida do capital ou da riqueza é dada pelo dinheiro, mas é mais coisa da imaginação do que da realidade: pode-se dizer que um homem possui dez mil libras quando acaso não tenha em dinheiro de verdade nem sequer cem libras; mas as suas posses, se for um agricultor, consistem em terras, cereais, gado ou alfaias agrícolas.”

Idêntica clareza de ideias pode ver-se em Dudley North (1691): “Nenhum homem é mais rico por ter a sua riqueza toda em dinheiro, prata guardada a seu lado, mas, pelo contrário, é mais pobre por essa razão. O homem mais rico é aquele cuja ri-

queza cresce em terra lavrada, em dinheiro a juros ou em bens em tráfego.” Como sublinha Ronald Meek, desponta aqui a distinção entre *capitalista passivo* e *capitalista activo*.⁶

O que vimos afirmando encontra confirmação ainda no empenho que os mercantilistas puseram no fomento da produção nacional.⁷

Os mercantilistas ingleses prosseguiram uma política agrícola com resultados bastante positivos.

No que se refere à França, Colbert foi acusado pela oposição aristocrática do seu tempo de sacrificar os interesses da agricultura aos da “vil burguesia”. Boisguillebert e os fisiocratas criticaram duramente Colbert por ter sacrificado os interesses da agricultura aos das manufacturas. Ao serviço da exportação de produtos manufacturados, Colbert terá prosseguido uma política de salários baixos, o que exigia preços baixos para os produtos

⁶ Cfr. R. MEEK, *Economia...*, cit., 37.

⁷ “Se os mercantilistas sublinham o carácter nacional do seu sistema – escreve MARX, *Le Capital*, cit., 1394 –, tal não é, na sua boca, uma simples frase. Sob o pretexto de terem em conta apenas a riqueza da nação e os recursos do estado, eles defendem de facto os interesses da classe capitalista e o enriquecimento em geral como o fim supremo do estado, e proclamam a sociedade burguesa relativamente ao velho estado de direito divino. Mas, ao mesmo tempo – sublinha Marx – eles têm consciência de que, na sociedade moderna, o desenvolvimento dos interesses do capital e da classe capitalista, da produção capitalista, constitui o próprio fundamento do poderio nacional e da supremacia nacional.

agrícolas. Daí certas medidas que os fisiocratas consideraram nocivas para a agricultura (a proibição de exportar, a regulamentação do mercado interno, a proibição de estocar os cereais, etc.).

A generalidade dos autores reconhece que os mercantilistas franceses, com excepção de Sully, foram abertamente ‘industrialistas’. Mas não nos parece correcto falar de uma política deliberada desfavorável à agricultura. À parte algumas medidas de circunstância, pode dizer-se que o colbertismo não teve uma política agrícola. Colbert acreditava que o desenvolvimento das manufacturas rurais resolveria o problema da pobreza nos campos. E também não é certo que a baixa acentuada dos preços agrícolas na França (designadamente entre 1662 e 1687) tenha sido consequência da política de Colbert, uma vez que tal fenómeno se verificou por toda a Europa ocidental.⁸

É incontestável, porém, o apoio que os mercantilistas concederam às manufacturas, tanto na Inglaterra como na França, o que ilustra bem a importância que lhes concediam no que toca à sua contribuição para o enriquecimento e o poderio do estado.

Na Inglaterra, promulgou-se legislação que obrigava os pobres (e não apenas os internados nas *Workhouses*) a trabalhar nas manufacturas; instituiu-se um sistema público de fixação dos salários e toda uma legislação variada que procurou disciplinar

os trabalhadores recém-chegados dos campos e fornecer à indústria manufactureira mão-de-obra abundante.

O mercantilismo francês procurou pôr a funcionar um serviço nacional e obrigatório de emprego em benefício das manufacturas, às quais concedeu monopólios e subsídios vários. Para estimular os empresários modernos, que pretendiam fugir à rotina e à estagnação das corporações de artes e ofícios, Colbert cede edifícios e instalações às manufacturas privadas; concede-lhes crédito a juro baixo, isenções e reduções de impostos; garante o aprovisionamento de matérias-primas a bom preço, através da isenção de direitos de importação e da autorização para a utilização gratuita das matas reais, quando necessário; assegura, por vários modos, o escoamento dos produtos manufacturados; desenvolve uma política populacionista, para que não falte a mão-de-obra (isenção temporária de impostos para os que se casem com menos de 20 anos; isenção de impostos para as famílias numerosas; proibição da emigração dos operários e apoio à imigração de operários estrangeiros qualificados; obrigação de as raparigas solteiras, os padres e as religiosas trabalharem na indústria, etc.).

6. – O que fica dito no número anterior não significa que os mercantilistas não atribuíssem muita importância à moeda (para

⁸ Cfr. P. DEYON, *O Mercantilismo*, cit., 36/37.

eles autêntico *nervus rerum*) e não considerassem como objectivo da sua política económica a abundância de ouro e de prata à disposição do país (ideia que é ainda claramente defendida por John Locke, segundo o qual o interesse de um país consiste em deter um estoque de moeda superior à de qualquer outro país).

Os estados modernos da Europa tiveram de enfrentar as exigências decorrentes do seu aparelho central (administração, justiça, forças armadas, representação no estrangeiro, etc.) e tiveram de obter os recursos financeiros indispensáveis sem poderem contar com as antigas ajudas feudais. Para tanto, era necessário ouro, sobretudo em períodos de guerra, tão frequentes naquela época, em que o estado de guerra era uma situação normal nas relações entre estados, quase sempre tendo como causa conflitos comerciais (ataque à posição monopolista de um país, disputa sobre a posse de territórios coloniais, etc.). Basta dizer que de 1494 a 1559 houve guerras na Europa quase todos os anos; ao longo do séc. XVIII, houve apenas sete anos de paz completa; de 1656 a 1815, a Inglaterra esteve em guerra 84 anos.⁹ “Naquele mundo em fermentação – comenta Schumpeter – (...), a paz não passava de um armistício, a guerra era o remédio normal para o

⁹ Cfr. H. DENIS, *Histoire...*, cit., 93.

desequilíbrio político, o estrangeiro transformava-se ipso facto em inimigo, como nos tempos primitivos.”¹⁰

Compreende-se, por isso, que os políticos mercantilistas atribuissem especial importância à detenção de grandes quantidades de ouro e de prata, tanto mais que não existiam então instituições capazes de permitir a obtenção de recursos financeiros através do crédito.

Por outro lado, apesar de já se verificar a circulação de *letras de câmbio* como meio de pagamentos nas relações internacionais, a verdade é que não existia, ao menos até finais do séc. XVII, um sistema internacional de crédito que facilitasse os pagamentos internacionais. As condições da época dificilmente dispensavam, por isso mesmo, a existência de consideráveis estoques de metais preciosos, que constituíam os meios de pagamento indispensáveis para satisfazer as exigências de um comércio em desenvolvimento crescente.¹¹

Dificuldades semelhantes sentiam-se igualmente no plano interno. Na generalidade dos países europeus, a inexistência de um sistema bancário minimamente estruturado e o desenvolvimento deficiente dos mecanismos do crédito obrigavam à utilização das moedas para regular as relações comerciais. Só nos

¹⁰ Cfr. J. SCHUMPETER, *Historia...*, cit., 187.

¹¹ Sobre o processo corrente de efectuar os pagamentos internacionais naquela época, cfr. J. ALMEIDA GARRETT, *Pagamentos...*, cit., 45/46.

finais do séc. XVII começou a ser frequente, mesmo na França, a circulação de letras de câmbio, mas continuava a ser inviável a utilização das transferências de conta a conta como meio de pagamentos. As trocas directas e as compensações por encontro dos livros comerciais não permitiam dispensar o ouro e a prata para a regularização periódica dos saldos. Os próprios impostos tinham de pagar-se em “boas espécies”, recusando em regra os cobradores quaisquer moedas que não fossem de ouro ou de prata.

No período a que nos reportamos, as crises resultantes de más colheitas provocavam frequentemente não só a penúria de alimentos, o seu encarecimento e a fome, mas também a crise nas manufacturas (por falta de matérias-primas e/ou por falta de mercados) e ainda dificuldades enormes na obtenção de crédito. Com efeito, o dinheiro necessário para a importação de cereais e matérias-primas fazia falta aos negócios e as taxas de juro subiam nos períodos de crise. Perante a inexistência de moeda fiduciária e de moeda escritural, as quantidades de ouro e de prata em circulação revelavam-se insuficientes para ocorrer às necessidades das trocas.

Estas crises de origem agrícola ou comercial, tão frequentes, lembravam, pois, insistentemente, a importância de deter abundantes estoques dos metais que funcionavam como moeda.

Nesse mundo perturbado e permanentemente à beira da penúria, será correcto reconhecer que os mercantilistas se revelaram bons observadores da realidade do seu tempo ao acentuarem a função da moeda (de ouro e de prata) como instrumento de reserva de valores.

Por outro lado, os autores mercantilistas atribuíram particular importância à relação entre a abundância de moeda em circulação e a manutenção de baixas taxas de juro. Isto mesmo levou Keynes a atribuir àqueles autores o mérito de terem compreendido que a abundância de metais preciosos (conseguida através de uma balança comercial favorável) era o único meio (*indirecto*) de estimular a realização de investimentos internos, por virtude da baixa da taxa de juro, numa época em que os investimentos públicos pesavam muito pouco na dinâmica do investimento nacional e em que as autoridades não dispunham de instrumentos eficientes de política monetária capazes de permitir uma actuação directa sobre a taxa de juro interna.¹²

Os mercantilistas não desconheciam a influência da abundância (ou do excesso) de moeda em circulação sobre o nível dos preços. Mas talvez Jean Marchal esteja certo quando observa que a abundância de moeda não trazia consigo, nas condições da

¹² Cfr. J. M. KEYNES, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, cap. XXIII.

época, um perigo muito grande de inflações galopantes, uma vez que, não se conhecendo ainda – como dissemos há pouco – a moeda escritural e sendo o papel-moeda uma invenção recente e pouco utilizada, a moeda em circulação era moeda metálica de ouro e de prata. Sendo assim, o aumento da quantidade de ouro (moeda) em circulação depende da exploração das minas, e esta não pode ser directamente influenciada pela política dos governos (nomeadamente no caso da grande maioria dos países que não produzem ouro).¹³

O enorme afluxo de metais preciosos vindos das Américas no séc. XVI foi um fenómeno que não se repetiria. No que se refere ao papel-moeda, o primeiro banco europeu a emitir papel-moeda foi um banco sueco, em 1661. Mas a primeira grande experiência de emissão de papel-moeda sem contrapartida em ouro ou na produção de mercadorias foi levada a efeito na França por John Law (por vezes chamado o “mercantilista do papel-moeda”). Surgiu então, pela primeira vez, o risco efectivo de o excesso de moeda em circulação, por força das opções da política governamental, poder conduzir a uma inflação capaz de desorganizar toda a economia. Mas o banco de Law foi fundado em 1716 e abriu falência em 1720, e, nesta altura, a influência dos mercantilistas era já diminuta.

¹³ Cfr. J. MARCHAL, *Cours...*, cit., 83.

De qualquer modo, a experiência falhada de Law põe em evidência ao mesmo tempo a força do crédito e os perigos do papel-moeda. O fetichismo do ouro perdeu muito da sua força e as preocupações dos ‘economistas’ deslocaram-se decididamente das questões monetárias para o desenvolvimento da produção e do comércio. “A ciência financeira – escreveu Boisguillebert – não é mais do que o conhecimento profundo dos interesses da agricultura e do comércio”. William Petty afirmaria que “o trabalho é o pai e o princípio activo da riqueza e a terra é a sua mãe”. Josiah Child defenderia que a evolução e o nível de emprego revelam com mais segurança a saúde de uma economia do que os cálculos acerca dos saldos da balança de pagamentos.

7. – Segundo um entendimento corrente, a essência do mercantilismo radica na tese segundo a qual uma balança comercial favorável é o objectivo fundamental da política económica, porque ela gera, de certo modo, a prosperidade nacional, no pressuposto de que é correcta a opinião segundo a qual a riqueza consiste em espécies monetárias. Como um qualquer indivíduo, um país, para enriquecer, deve gastar menos do que o seu rendimento. Este excedente apresentar-se-ia sob a forma de ouro e de prata. Esta era, sinteticamente, a interpretação de Adam Smith acerca do mercantilismo.

Se, como vimos, não colhe hoje o apoio da generalidade dos especialistas a tese de que os mercantilistas (ao menos os mais representativos) confundiram todos, grosseiramente, a riqueza com o dinheiro, Mark Blaug considera, no entanto, que “a ideia de que o excedente das exportações é o índice do bem-estar económico pode ser considerada como o erro básico em que incorre toda a literatura mercantilista”.¹⁴

Ao serviço de uma balança comercial favorável propunham os mercantilistas medidas de vária ordem: aumentar a quantidade e melhorar a qualidade da mão-de-obra; desenvolver a produção das manufacturas, sem descurar a agricultura para evitar as situações de penúria alimentar, particularmente graves em caso de guerra; exportar apenas as matérias-primas não necessárias à produção nacional e importar o menos possível de bens para consumo no país; desenvolver o capital comercial, reservando aos nacionais do país o comércio das colónias e certo número de outras actividades comerciais; tornar o comércio mais fácil e mais livre; praticar uma política de taxa de juro baixa (Child propõe 4%); assegurar a supremacia militar no mar e pô-la ao serviço da conquista do ‘respeito’ pelas outras nações do domínio dos transportes marítimos, dos entrepostos comerciais e da pesca do alto.

¹⁴ Cfr. M. BLAUG, *História...*, cit., 12.

Estas preocupações e estas medidas ganham sentido, à luz do tempo, se se compreender que elas pressupõem determinadas hipóteses acerca da realidade, porventura tão indiscutíveis para os autores dos séculos XVI e XVII que nem sempre consideravam necessário explicitá-las. É o caso da concepção segundo a qual, nas relações económicas, o que um ganha o outro perde (“nul ne gagne qu’un autre ne perde”, segundo a velha máxima de Montaigne); é o caso da aceitação de que as necessidades são limitadas, de que a procura é praticamente inelástica; de que é fraca a acção dos estímulos pecuniários sobre a produção e a oferta, etc.

Nestas condições, compreende-se a importância que os mercantilistas atribuíram à detenção de um estoque de metais preciosos, e compreende-se a relevância que assumiu, para eles, o comércio externo. Para os países que não produziam aqueles metais, o comércio externo era olhado como o único expediente que permitia reunir o desejado estoque de ouro e de prata. Compreende-se, também, nesta lógica, a importância atribuída à obtenção de um saldo positivo da balança comercial: “a posição dominante da contratação internacional – escreve J. Almeida Garrett – (...) representa o sucedâneo, na paz, do domínio do vencedor na Guerra.”¹⁵

¹⁵ Cf. J. ALMEIDA GARRETT, *Pagamentos...*, cit., 30.

Por outro lado, numa época em que o comércio interno se desenvolvia irregularmente e se confinava a áreas determinadas e em que o comércio internacional, graças à pirataria e a outros factores, era uma actividade acentuadamente aleatória, era natural pensar-se que uma balança comercial superavitária constituía um suplemento indispensável aos ganhos de um comércio interno de reduzidas dimensões e que uma nação só pode enriquecer através de políticas que empobrecem os outros países. Porque, nas palavras de Josiah Child, “o que convém a uma nação não convém a todas as outras”. Porque, segundo a opinião de Colbert, “se apenas uma determinada quantidade de dinheiro circula em toda a Europa, (...) não é possível aumentar o dinheiro de um reino sem o retirar simultaneamente, em quantidade idêntica, dos estados vizinhos”. As relações comerciais não decorriam segundo quaisquer leis da natureza, antes resultavam da correlação de forças entre os estados, que mantinham permanentemente, entre si, uma “guerra do dinheiro”.

Estas são ideias que podem compreender-se no quadro de sociedades pré-industriais, nas quais as taxas de crescimento da produção e da população eram tão lentas que cada geração mal se apercebia de qualquer crescimento. Daí a tese segundo a qual, sendo limitados os recursos disponíveis, só pela violência cada nação podia chamar a si um quinhão maior que o dos outros. O comércio externo, com o seu cortejo de conquistas, de pilhagens,

de pirataria, de guerras, de violências de toda a espécie, desempenhou então um papel fundamental como instrumento da acumulação capitalista e como estímulo eficaz do ‘espírito de empresa’.

Num mercado constituído por estados económica e politicamente opostos uns aos outros de forma violenta, seria deslocada a concepção liberal que desconhecia as nações e via as relações de comércio internacional como relações entre indivíduos pertencentes a nações diferentes, de natureza idêntica às relações de comércio interno, entre indivíduos do mesmo país. Parece mais realista a concepção mercantilista, que parte da ideia de nação enquanto entidade economicamente autónoma (enquanto espaço-sede de poder económico e de poder político) e considera que as relações de comércio internacional são relações entre nações (com o seu poder económico, político e militar) e não entre indivíduos.

8. – Durante o séc. XIX e mesmo actualmente, foram também os mercantilistas acusados de reduzir a balança de pagamentos à balança do comércio e de considerar nesta apenas a importação e a exportação de bens materiais, a primeira originando dívidas e a segunda originando créditos.

Não é correcta esta acusação, como não é correcta a ideia de que os mercantilistas não foram além do nível das relações

bilaterais, propondo que cada país alcançasse sempre um saldo positivo da sua balança bilateral com qualquer outro país.

Relativamente a este último aspecto, talvez a observação possa ter cabimento no que respeita a Colbert, que parece não ter compreendido bem o carácter multilateral das trocas internacionais e dos equilíbrios monetários. Por isso mesmo os seis grandes corpos dos mercados de Paris o criticaram e pugnaram pela liberdade do comércio internacional.

Lia-se num panfleto de 1668: “o senhor Colbert não repara que, ao pretender colocar os Franceses em situação de poderem dispensar todos os outros povos, leva estes a, por seu lado, fazerem o mesmo”. Também a Companhia das Índias Orientais reclama, por volta de 1686, “total liberdade de comércio e mútua correspondência com os países estrangeiros”, invocando os exemplos da Inglaterra e da Holanda, onde “os portos estão permanentemente abertos à entrada e à saída dos metais preciosos (...) e mesmo na Holanda igual liberdade é concedida às saídas das moedas nacionais com o cunho dos Estados Gerais; é esta grande liberdade – concluía-se – que provoca a abundância que existe nas Províncias Unidas e as torna senhoras de todo o tráfico”. Do mesmo modo, os representantes dos portos comerciais de Rouen, Saint-Malo e Nantes (então dos mais importantes portos franceses) defendiam os princípios da divisão internacional

do trabalho e exigiam o livre desenvolvimento das trocas multilaterais.

Os mercantilistas ingleses, no entanto, revelaram, desde Thomas Mun, uma clara compreensão da solidariedade entre todas as correntes de tráfego e entre todos os mercados: o que importa é o saldo global do comércio multilateral e não o saldo de uma balança particular ou da balança *bilateral* referente às relações entre o país considerado e outro qualquer.

Passava-se assim da noção estreita de *balança bilateral* para a noção de *balança geral do comércio*¹⁶. Era um passo importante para se ir abandonando a concepção de um comércio internacional de volume limitado e estável (por isso mesmo disputado à força por cada um dos estados) e o princípio da “guerra do dinheiro”, muito presente na política mercantilista.

Thomas Mun vai mais longe na análise da problemática da balança de pagamentos, sendo correntemente apontado como o primeiro autor a dar corpo à noção de *balança dos pagamentos*

¹⁶ Um caso que ajudou os mercantilistas ingleses a compreender que o mais importante são as compensações multilaterais foi o do comércio do Báltico. Era um comércio deficitário para os ingleses; mas era indispensável para aprovisionar de matérias-primas os estaleiros navais britânicos, o que fazia dele uma actividade económica essencial para a expansão do poderio britânico nos mares e para o êxito dos *Actos de Navegação*.

correntes.¹⁷ No activo desta balança contabilizava não só o custo de produção das mercadorias exportadas mas também o lucro dos comerciantes e o preço do frete e do seguro, quando o transporte se efectuava em navios britânicos. No activo contabilizava ainda as despesas feitas no país pelos estrangeiros, os ganhos dos cidadãos nacionais em países estrangeiros, as despesas com espionagem feitas na Inglaterra por potências estrangeiras. No passivo, Mun inscrevia os preços de venda na Inglaterra dos produtos importados (deduzidos os direitos alfandegários), bem como os ganhos realizados no país por cidadãos estrangeiros, as despesas dos britânicos e do seu governo no estrangeiro (quer no âmbito das representações diplomáticas quer no quadro do esforço de guerra).

À luz do que fica dito, poderá concluir-se, com Mark Blaug, que, quando os mercantilistas falam de excedente da balança comercial, eles visam, em regra, o excedente das exportações materiais ou imateriais sobre as importações, excedente que se traduzirá ou na entrada de ouro ou na abertura de um crédito

¹⁷ Schumpeter atribui esse mérito ao italiano Antonio Serra (1613), que apresentou uma concepção clara da balança comercial e da sua utilização como instrumento analítico. Além de ter em conta os movimentos de invisíveis, Serra explicou o comportamento da balança comercial e os movimentos do ouro e da prata pelas condições económicas do país, considerando os fenómenos monetários como consequências e não como causas, como meros sintomas, não importantes em si mesmos. Cfr. J. SCHUMPETER, *Historia...* cit., 404-406.

sobre o estrangeiro (i.é, na exportação de capitais). Poderá, pois, admitir-se que os mercantilistas distinguiam já, ainda que de forma grosseira e expressa numa linguagem desprovida de rigor científico, aquilo que hoje se designa por *balança dos pagamentos correntes e balança dos capitais* (movimento de capitais).¹⁸

9. – Esclarecidas estas questões acerca da teoria da balança comercial dos mais representativos dos escritores mercantilistas, fica de pé a questão de saber como é que os autores dos sécs. XVI e XVII não se deram conta de que a *teoria quantitativa da moeda* (que vem de Jean Bodin e que os mercantilistas em regra aceitaram) entrava em conflito com as suas concepções acerca da natureza e dos resultados das trocas internacionais. Se o saldo positivo da balança comercial provoca a entrada de metais preciosos num país, como impedir que a subida dos preços internos que daí resulta torne não competitiva a produção nacional com a conseqüente redução das exportações e aumento das importações?

Vejamos melhor.

Jean Bodin enunciara em 1568 a ideia de que o poder de compra da moeda (de ouro ou de prata) varia em sentido inverso ao da quantidade de ouro e prata em circulação no país. A subida dos preços podia resultar de cinco causas possíveis, de importân-

¹⁸ Cfr. M. BLAUG, *História...*, cit., 12.

cia desigual: o aumento da oferta de ouro e de prata; a existência de monopólios; a adoção de medidas (ou a ocorrência de circunstâncias) susceptíveis de reduzir os fluxos comerciais das mercadorias disponíveis; as despesas excessivas dos monarcas; a depreciação do teor metálico das moedas. A primeira destas causas era, porém, segundo Bodin, a causa decisiva da subida dos preços e da consequente perda de poder de compra da moeda.¹⁹

Mas foi John Locke quem apresentou, na última década do séc. XVII, a versão mais apurada da *teoria quantitativa da moeda*, segundo a qual os preços variam no mesmo sentido e na mesma proporção da quantidade de moeda em circulação.

Por volta de 1630, Thomas Mun escrevera já que “todos estão de acordo acerca do facto de que a abundância de moeda num reino eleva o preço das mercadorias”, acrescentando logo que “a abundância de moeda, tornando os bens mais caros, provoca a diminuição da procura e do consumo desses bens”. O mesmo autor compreendeu igualmente que o volume das exportações e das importações depende do nível relativo dos preços nos diferentes países e que todo o défice ou excedente da balança comercial (abrangendo os movimentos de bens e serviços) tem de ser compensado por um fluxo correspondente de metais pre-

¹⁹ Cfr. J. M. KEYNES, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, cap. XXIII.

ciosos (importação, no caso de défice; exportação, na hipótese de excedente).

Pergunta-se então: tendo em conta estas aquisições teóricas dos séculos XVI e XVII, como se explica que tenha sido levado a sério, ao longo dos tempos, o objectivo da política mercantilista de obtenção de um excedente permanente da balança comercial? Dadas aquelas permissas, tal objectivo só poderá ter sentido como objectivo de curto prazo. Mas os mercantilistas apontam para a sua concretização com carácter permanente (o próprio Locke defendia ainda que era do interesse de cada país deter um estoque de moeda superior ao dos outros países), visando a acumulação indefinida de metais preciosos, com base no esperado afluxo ininterrupto de ouro e de prata aos países que consigam saldos positivos da balança comercial. Eis o “dilema mercantilista”, de que fala Mark Blaug.²⁰

A resolução deste dilema deve procurar-se, segundo Blaug, na concepção dos escritores mercantilistas – que terá tido em John Law o seu intérprete mais acabado – segundo a qual a moeda estimula o comércio e a actividade económica em geral, na medida em que a sua abundância aumenta a velocidade de circulação das mercadorias.

20 Cfr. M. BLAUG, *História...*, cit., 18-21.

Na versão inicial de Locke a teoria quantitativa da moeda aponta no sentido de que o nível geral dos preços é sempre proporcional à quantidade de moeda (na qual se tinha em conta a *velocidade de circulação da moeda*). Mas a verdade é que esta teoria aparece intrinsecamente ligada, ao longo dos séculos XVII e XVIII, ao princípio segundo o qual “a moeda estimula a actividade económica”. De acordo com este princípio, qualquer aumento da oferta de moeda deveria ser sempre seguido por um aumento da procura de moeda, o que significaria que é o volume dos negócios e não o nível dos preços que vem afectado por um afluxo de metais preciosos e inerente aumento da quantidade de moeda em circulação.

A este propósito, importa sublinhar a tese dos mercantilistas segundo a qual o aumento da quantidade de ouro e prata existente num país não significava necessariamente um aumento igual da quantidade de moeda em circulação: uma parte considerável do ouro e da prata não era monetarizada, sendo desviada para entesouramento e para consumos sumptuários.

Por outro lado, a influência favorável da abundância de moeda sobre o nível da estabilidade económica (aumento da produção e incremento do comércio) ligava-se ao entendimento da moeda mais como intermediário geral das trocas do que como reserva de valor, entendimento presente nos autores mercantil-

istas desde o séc. XVI (Davanzati), desenvolvido com maior clareza por autores da segunda metade do séc. XVII (Thomas Mun, v.g.) e abertamente assumido por Potter, Law e Farbonnais. Assim sendo, o aumento da quantidade de moeda não tem que provocar, necessariamente, um aumento proporcional do nível geral dos preços.²¹

Esta concepção de que a vantagem verdadeiramente significativa da abundância de moeda reside em que ela acelera o comércio e multiplica as transacções (que foi a de muitos mercantilistas, incluindo Colbert) talvez não fosse tão descabida como alguns pensaram, se nos colocarmos no quadro de economias em que permanentemente existiam grandes reservas de mão-de-obra e de recursos naturais inactivos. Nestas condições, o aumento da quantidade de moeda poderia estimular o aumento da produção, sem provocar a subida dos preços.²²

Assim se justificava, no início do séc. XVIII, a lógica da prossecução do objectivo de manter permanentemente uma balança comercial favorável. Tal seria possível porque os preços não têm que aumentar necessariamente na sequência de um aumento da quantidade de metais preciosos existentes no país. Basta que as quantidades suplementares de moeda sejam utilizadas

²¹ Cfr. J. SCHUMPETER, *Historia...*, cit., 360-367, e J. ALMEIDA GARRETT, *Pagamentos...*, cit., 57-58.

²² Cfr. P. DEYON, *O Mercantilismo*, cit., 98-99.

para financiar o aumento da produção: “Um aumento da quantidade de moeda dará trabalho aos que actualmente se encontram ociosos” – escreveu John Law.

Segundo esta perspectiva, o aumento dos preços que pudesse resultar do aumento da quantidade de moeda ampliava as oportunidades de lucro para os manufactureiros e para os comerciantes, que absorveriam rapidamente a quantidade de moeda suplementar para promover o aumento da produção e das vendas; os salários pagos a quem estava desempregado até então alimentariam o aumento da procura de bens de consumo; como o preço do dinheiro seria baixo, os lucros seriam elevados, a produção e as vendas continuariam a aumentar sem o risco de uma acentuada subida dos preços.

10. – Entretanto, à medida que as condições económicas e sociais se foram modificando, as concepções liberais começaram a apresentar o *dilema mercantilista* como uma contradição insanável e o objectivo de alcançar um fluxo permanente de metais preciosos como um absurdo impossível de concretizar.

Por volta de 1630, Thomas Mun já se dera conta de que “vender caro e comprar barato” acaba por conduzir à inversão do saldo da balança comercial. Também William Petty contestava já em 1662 a pretensão de se conseguir uma balança de pagamentos permanentemente excedentária e uma acumulação indefinida de

metais preciosos. Fê-lo em nome de uma espécie de doutrina das necessidades do comércio de acordo com a qual “uma certa medida e uma proporção adequada de moeda são necessárias para animar o comércio de uma nação, do mesmo modo que uma quantidade superior ou menor poderia ser-lhe prejudicial”.

Mas foram Cantillon e Hume que trouxeram novas perspectivas à problemática em análise. Estes autores partem do entendimento da teoria quantitativa da moeda como a relação causal entre a variação de M e a variação de P, de tal modo que P varia no mesmo sentido e na mesma proporção que M e concluem pela existência de mecanismos automáticos de reequilíbrio da balança de pagamentos, que comandariam a distribuição dos metais preciosos pelos vários países, independentemente dos esforços de cada um destes para reter a moeda.

Irlandês de origem, Richard Cantillon (1680-1734) foi banqueiro na França e escreveu em francês, durante a década de 1720, o seu *Essai sur la Nature du Commerce*, que circulou sob a forma de manuscrito até que foi impresso em 1755.

Cantillon é ainda mercantilista, advogando uma política proteccionista e defendendo que a moeda é “o verdadeiro corpo de reserva do estado” e que a “a abundância de moeda” é um elemento fundamental na configuração da “riqueza e do poder relativos dos estados”. No domínio da análise monetária, Cantillon procurou explicar como é que o aumento da produção das

minas de ouro de um país afecta, em primeiro lugar, os rendimentos neste sector, estendendo depois os seus efeitos aos sectores dos bens de consumo e dos bens alimentares, aumentando os lucros da agricultura e baixando os salários reais. Daqui resultaria uma pressão no sentido do aumento dos salários nominais, seguindo-se novos ciclos de aumento das despesas e dos preços.

Debruçando-se sobre as consequências do afluxo de metais preciosos a um país, Cantillon critica a tese de Law segundo a qual “a moeda estimula os negócios”. Este efeito – defende Cantillon – é mais susceptível de se verificar quando o aumento da quantidade de moeda resulta de um excedente das exportações sobre as importações do que quando resulta de um aumento da produção das minas de ouro nacionais. Neste último caso, o mais provável seria um aumento directo dos preços sem aumentar a produção. De todo o modo, o aumento da quantidade de moeda em circulação (ainda que em consequência de uma balança comercial favorável) incrementaria o luxo e provocaria o aumento do nível dos preços internos, o que desencorajaria as exportações e estimularia as importações, invertendo-se os fluxos de circulação do metal.

Só assim não é na hipótese – admitida por Cantillon – de ser inelástica a procura de produtos nacionais por parte do estrangeiro e de ser também inelástica a procura nacional de produtos estrangeiros. Nestas condições, tornar-se-iam mais favorá-

veis os *termos de troca* (relação entre o preço das exportações e o preço das importações de um país) e o saldo positivo da balança de pagamentos aumentaria.

Mas já não seria assim se aquelas procuras fossem elásticas. Nesta hipótese, porém, Cantillon, preconizava – como William Petty – que se impedisse o livre curso do processo inflacionista, não permitindo a circulação de todo o ouro que entrasse no país (quer fundindo-o e entesourando-o, quer emprestando-o ao estrangeiro ou exportando-o sob outras formas).

Alguns anos mais tarde (1752), David Hume (1711-1776) sustentaria que as procuras acima referidas são relativamente elásticas, o que significaria que nenhum país pode acumular ouro ilimitadamente, ao contrário do que pretendiam os mercantilistas.

Nos seus escritos, Hume apresenta uma justificação histórica do mercantilismo, ao mesmo tempo que refuta as teses mercantilistas sobre a balança comercial e enuncia alguns dos pontos centrais da filosofia dos economistas liberais do séc. XIX. Quanto à questão que agora nos interessa mais de perto, David Hume lançou as bases da *teoria do reequilíbrio automático da balança dos pagamentos* em regime de padrão-ouro.

Partindo da ideia de que o poder de compra da moeda é inversamente proporcional à quantidade de moeda em circulação, Hume sustenta que é absolutamente falacioso o raciocínio de

quem pretende que uma nação pode enriquecer acumulando ouro, pois dessa acumulação há-de resultar uma elevação dos preços; contudo, se os preços sobem em determinado país, isso quer dizer que, a certa altura, hão-de passar a ficar mais baratas as mercadorias estrangeiras, razão por que se passa a comprá-las em maior quantidade, preferindo-as às nacionais. Se os preços sobem no país em questão, isso também quer dizer que os produtos internos, em dado momento, estarão tão caros que o mercado externo deixará de os comprar. Em suma: à medida que o metal precioso aumenta, os preços sobem e, pelas razões que se acabam de expor, diminuem as exportações e aumentam as importações, o que há-de ter como necessária consequência a saída do ouro até ao ponto de reequilíbrio da balança.

Por outro lado, se um país perde ouro, daí resulta uma baixa de preços, a qual, na linha dos raciocínios anteriores, há-de conduzir ao aumento das exportações e à diminuição das importações, desaparecendo o défice da balança de pagamentos e regressando o ouro ao país de onde saíra. Segundo a lógica deste mecanismo automático, a própria saída do ouro de um país desencadearia uma série de consequências que conduziriam o ouro ao país de onde tinha saído.

Resumindo: os metais preciosos distribuir-se-ão automaticamente pelos vários países que participam no comércio internacional em função do volume do comércio de cada um. Cada país

disporá, em princípio, da quantidade de ouro e de prata de que necessita para o seu comércio, e apenas dessa quantidade.

Aparece nesta construção, tal como se disse antes, todo o optimismo e confiança das teses liberais num *mecanismo natural*, ao mesmo tempo que se põe de parte a filosofia mercantilista tendente a justificar a necessidade de o estado intervir a incentivar as exportações e a assegurar um excedente da balança comercial.

11. – As críticas dos liberais visavam negar o fundamento à política económica dos mercantilistas. A par de alguns fracassos, permaneciam, porém, certos êxitos indiscutíveis, particularmente na França e na Inglaterra, a comprovar a “necessidade histórica do mercantilismo” (P. Deyon) e a indicar que as pretensas obsessões dos mercantilistas foram muitas vezes opções sensatas e racionais, adequadas às realidades do seu tempo. Mesmo Adam Smith, tão cáustico para com os mercantilistas, não deixou de ‘compreender’ os *Actos de Navegação*.

A partir de finais do séc. XIX tem-se assistido ao ressurgir de algumas das teses ou de alguns dos temas caros aos mercantilistas. Os primeiros defensores da reabilitação dos mercantilistas foram os autores alemães ligados à Escola Histórica e empenhados na defesa dos princípios do nacionalismo económico e de

políticas proteccionistas, que consideravam indispensáveis à industrialização da Alemanha.

O mercantilismo está ligado historicamente ao processo de afirmação dos estados modernos na Europa, do seu desenvolvimento económico e da sua emancipação económica no quadro nacional. Não admira, por isso, que as suas teses tenham conhecido algum favor no âmbito da Alemanha empenhada na sua unificação nacional, na constituição de um estado e de uma economia ao serviço da nação. Numa Alemanha que protegia as suas fronteiras económicas no quadro do *Zolverein*, Friedrich List denunciava (1841) o livre-cambismo como a expressão teórica dos interesses ingleses e defendia a intervenção do estado para que a Alemanha pudesse exercer o seu direito à industrialização e ao desenvolvimento.²³ Compreende-se, por isso, que René Gonnard, mostrando a defesa, por Montchrestien, da necessidade de afirmação política e económica das nações, na base de uma economia nacional completa que se baste a si própria e se expanda pa-

²³ Razões do mesmo tipo ajudam-nos a compreender que, actualmente, nos países do chamado Terceiro Mundo, desejosos de promover o seu desenvolvimento económico, se aceite uma forte e insubstituível participação do estado na condução da acumulação do capital e no lançamento das infraestruturas indispensáveis ao desenvolvimento, do mesmo modo que de muitos lados se proclama que, ao menos nestes países subdesenvolvidos, uma industrialização adequada às exigências nacionais exige uma boa dose de proteccionismo e a salvaguarda da soberania sobre os recursos naturais desses países, limitando a influência estrangeira.

ra o exterior, comente deste modo: “C’est déjà tous List, ou presque que nous trouvons chez lui.”²⁴

Mesmo na Inglaterra, o interesse pelos mercantilistas renasceu em pleno período da corrida às colónias nos finais do séc. XIX (recorde-se que os mercantilistas atribuíram um papel de primeiro plano aos mercados externos, à pilhagem das colónias e ao regime do *pacto colonial*) e as práticas de protecção alfandegária recuperaram posições no âmbito da depressão económica se registou entre 1873 e 1896.

Após a Primeira Guerra Mundial, a experiência pôs em causa as concepções liberais e os seus mecanismos automáticos no que se refere à divisão internacional do trabalho, ao comércio internacional e à balança de pagamentos. O padrão-ouro chegou ao fim como sistema monetário internacional, e, com ele, os mecanismos de auto-regulação que lhe eram próprios no âmbito das relações económicas internacionais e da balança de pagamentos. Perante situações continuadas de défice da balança, muitos países intervieram nos mercados de câmbios. Ressurgiram as práticas proteccionistas e as aspirações de autarcia económica. Com a Grande Depressão, foi o descrédito do *laissez-faire* e o reconhecimento da necessidade de intervenção do estado na economia.

Neste ambiente, compreende-se o despertar do interesse pelas obras e pela política dos mercantilistas, que foram objecto

²⁴ Cfr. R. GONNARD, *Histoire...*, cit., 111.

de vários estudos, dos quais o mais importante é o de E. F. Heckscher, *O Mercantilismo* (1932). O próprio Keynes dedicou um capítulo da *General Theory* (1936) ao mercantilismo, pondo em relevo a importância que os mercantilistas atribuíam à política de taxa de juro baixa, que Keynes igualmente advogou. No entanto, assim como não é correcto – como M. Blaug mostrou – considerar os mercantilistas como precursores de Keynes, também não fará sentido falar-se de *neo-mercantilismo*, como alguns pretenderam, a respeito destes momentos de interesse renovado pelos temas mercantilistas.

O mercantilismo tem de entender-se no contexto histórico em que surgiu. Ele foi a doutrina e a prática económicas dos estados nacionais no período que decorre entre o séc. XVI e meados do séc. XVIII, o período histórico do desenvolvimento dos capitalismos nacionais, em pleno florescimento do chamado ‘capitalismo comercial’. Nesse período de transição, o mercantilismo enquadrou-se nas exigências e nos valores do processo que preparou as condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Nas condições do tempo, talvez não seja descabida a tese mercantilista de que o aumento da quantidade de moeda podia estimular a economia em vez de provocar o aumento do nível dos preços. Assim sendo, o *dilema mercantilista* não fazia qualquer sentido para os mercantilistas.

O mesmo poderá dizer-se relativamente aos mecanismos de regulação automática das trocas comerciais internacionais, cuja ignorância os liberais do séc. XIX não perdoaram aos mercantilistas. Resta saber se não foi o pensamento liberal e os seus arautos que esqueceram (ou não compreenderam) que “as dificuldades de comunicação, a inelasticidade da oferta e da procura, a frequência desordenada das mutações monetárias tornavam aleatórios os automatismos que celebravam com a ingenuidade de verdadeiros neófitos”.²⁵

As obras dos mercantilistas não constituem ainda um sistema científico no domínio da economia política, mas constituem reflexões autónomas relativamente aos valores religiosos, analisando as questões económicas no seu terreno próprio, ignorando as considerações morais ou teológicas na escolha dos objectivos e dos meios que integram a sua política económica, e lançando as bases de uma ciência das sociedades.

No entanto, a verdade é que as novas condições económicas e sociais que se foram desenvolvendo ao ritmo do séc. XVIII europeu ditaram o rápido ‘envelhecimento’ do mercantilismo, desadequado à nova realidade, num momento em que a filosofia das luzes anunciava o fim da primazia da razão de estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

²⁵ Cfr. P. LÉON, *História...*, cit., 186.

- BLAUG, Mark *História do Pensamento Económico*, trad. port., Dom Quixote, Lisboa, 1º Vol., 1989.
- DENIS, Henri - *Histoire de la Pensée Économique*, PUF, Paris, 2ª ed., 1967, pp. 91-123 (há trad. port., *História do Pensamento Económico*, Lisboa, Ed. Gleba, s/d).
- DEYON, Pierre - *O Mercantilismo*, trad. port., Gradiva, Lisboa, 1983.
- GARRETT, J. R. Almeida - *Pagamentos Internacionais*, Coimbra Editora, Coimbra, 1959.
- GONNARD, René - *Histoire des Doctrines Économiques*, Paris, 1930.
- JAMES, Émile - *História Sumária do Pensamento Económico*, trad. port., Coimbra Editora, Coimbra, 1970, vol. I, 57- 80.
- LÉON, Pierre (Dir.) - *História Económica e Social do Mundo*, trad. port., Sá da Costa, Lisboa, 1983, vol. II, tomo I.
- MAGNUSSON, Lars (Ed.) - *Mercantilist Economics*, Kluwer Academia Publishers, Boston, 1993.
- MARCHAL, Jean - *Cours d'Économie Politique*, 4ª ed., Librairie de Médecis, Paris, 1957, vol. I.
- MARX, Karl – “Le Capital”, em *Oeuvres*, Bibliothèque de La Pléiade, Éd. Gallimard, Paris, 1968, vol. II.
- “Critique de l'Économie Politique”, em *Oeuvres*, Bibliothèque de La Pléiade, Éd. Gallimard, Paris, 1965, vol. I.
- MEEK, Ronald – *Economia e ideología*, trad. cast. Ariel, Barcelona, 1972.
- SCHUMPETER, Joseph - *Historia del Analisis Económico*, trad. cast., Ariel, Barcelona, 1971.
- SMITH, Adam – *Riqueza das Nações*, trad. port., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981/1983, vol. II.
- SELIGMAN, Edwin R.A. – “Bullionists”, artigo na *Encyclopaedia of the Social Sciences*, 1948, vol. 3-4, 60-64.
- VINER, Jacob – “Mercantilist Thought”, em *International Encyclopedia of Social Sciences*, artigo “Economic Thought”, 435-443.